

Artigo

**Institucionalização de práticas de educação e saúde em escolas públicas de João  
Pessoa, Paraíba**

**Institutionalization of education and health practices in public schools in João  
Pessoa, Paraíba**

Marcos André Azevedo da SILVA<sup>1</sup>  
Gabriela Lacet Silva FERREIRA<sup>2</sup>  
Marianne Lucena RANGEL<sup>3</sup>  
Ingrid Carla Guedes da SILVA<sup>4</sup>  
Ricardo Dias de CASTRO<sup>5</sup>

**RESUMO** - Este estudo foi realizado em escolas municipais da cidade de João Pessoa – PB, objetivando analisar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) em relação às propostas voltadas para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Utilizou-se a análise documental com abordagem qualitativa a partir da técnica de análise de conteúdo. A amostra foi formada por 22 PPP selecionados aleatoriamente, por critério probabilístico. Estes foram analisados segundo as seguintes temáticas: articulação com a UBSF local; avaliação de condições de saúde; prioridades para saúde bucal, nutricional e para promoção de práticas corporais; educação para a saúde sexual, prevenção das DST/AIDS e práticas para uma cultura de paz. Foi observado um maior destaque, por parte das escolas, para os temas transversais, cujo mais prevalente foi o relacionado com práticas corporais (90,90%). As propostas para os assuntos considerados mais específicos do setor saúde foram consideradas insatisfatórias ou insuficientes, sendo as prioridades para saúde bucal (40,90%), seguidas das ações voltadas para a saúde nutricional

---

<sup>1</sup> Graduado em odontologia pela Universidade Federal da Paraíba

<sup>2</sup> Graduado em odontologia pela Universidade Federal da Paraíba

<sup>3</sup> Graduado em odontologia pela Universidade Federal da Paraíba

<sup>4</sup> Mestre em odontologia pela Universidade Federal da Paraíba

<sup>5</sup> Professor do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Federal da Paraíba



Artigo

(45,45%), as temáticas menos apontadas nos PPP. Muitas propostas são pontuais e raramente são citadas como atividades de prevenção e promoção em saúde, que devem caracterizar-se como atividades realizadas continuamente e atreladas a mecanismos de planejamento e avaliação.

**Palavras chave:** Educação em Saúde. Saúde Escolar. Promoção da Saúde.

**ABSTRACT** - The study was achieved in municipal schools in João Pessoa – PB, with the aim of analyze its politic-pedagogic projects in relation to proposals toward to preventions of disease and promotion of health. The methodology used was the documental analyses with a qualitative approach whereof content analysis technique. From the universe composed of 127 institution, 22 PPP, randomly selected by probabilistic criteria, formed the sample. They were analyzed according the following themes: articulation with the local USF; evaluation of health conditions; oral health and nutricionalpriorities; corporal practices promotion; education sexual health and prevetion of DST/AIDS and practices for a culture of peace. The results showed that the schools highlighted transversals themes, where the most prevalent was related with corporal practices (90,90%). Proposals for themes considered specific of health sectorwere considered unsatisfactory or insufficient, being the priorities to oral health (40,90%), followed by actions for nutritional health (45,45%), the less pointed in the politic-pedagogic projects. Many proposals are punctual and rarely reported as prevention and promotion activities in health, that should be characterized as activities performed continuously and linked to planning and evaluation mechanisms.

**Keywords:** Health Education. School Health. Health Promotion.

## INTRODUÇÃO

Elementos de educação e saúde estão presentes durante todo aprimoramento humano de maneira muito expressiva. Influenciam no desenvolvimento biopsicossocial e na formação de sujeitos sociais e políticos. Ações setoriais nesses campos têm mútuas repercussões e, assim sendo, a construção de políticas publicas integradas é condição



## Artigo

indispensável para atualizar e renovar os seus significados fundamentais, com vistas à integralidade (BRASIL, 2009).

As tradições acumuladas no antigo modelo de saúde escolar constituíram-se em práticas de higienização, bem como em fonte de conflitos quanto às responsabilidades dos atores envolvidos. Isso resultou em escolas vistas atualmente como responsáveis por inúmeras demandas sociais relativas a amplas parcelas da população e como cenários quase exclusivos de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens. As unidades de saúde, por sua vez, vêem-se diante da necessidade de criar vínculos e de construir estratégias de cuidado às demandas específicas desses grupos populacionais, como parte da tarefa de reorganizar-se em um novo padrão de atenção à saúde (BRASIL, 2007).

O setor educacional, dada sua capilaridade e abrangência, é um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde (VASCONCELLOS; PORDEUS; PAIVA, 2001). O cenário escolar, inserido no processo de transformação da realidade econômica, política, histórico-cultural, trata-se de um espaço institucional privilegiado para a convivência social e o estabelecimento de relações intersubjetivas favoráveis ao desenvolvimento de hábitos saudáveis e à construção de resposta social aos desafios colocados para a sociedade. Portanto, o processo de planejamento dentro das escolas precisa reconhecer a necessidade de trabalhar questões de saúde (BRASIL, 2007).

Nessa ótica, o Projeto Político-Pedagógico torna-se o retrato do que a escola pretende desenvolver no seu cotidiano. Com ele, a comunidade tem a oportunidade de conhecer e participar das decisões sobre o trabalho desenvolvido nas instituições de ensino. Assim, durante a construção do PPP devem ser apontadas as ações de educação e



**Artigo**

saúde para favorecer a incorporação da temática ao currículo e o desenvolvimento da cultura de prevenção e promoção à saúde na experiência escolar (BRASIL, 2006).

Destarte, o propósito deste estudo foi analisar os Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas de ensino infantil do município de João Pessoa em relação às propostas voltadas para a prevenção de doenças e promoção da saúde.

**METODOLOGIA**

Foi utilizada uma abordagem qualitativa a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) e procedeu-se com a análise documental dos projetos político-pedagógicos de escolas de ensino infantil do município de João Pessoa – PB elaborados a partir do ano de 2010.

O universo do estudo englobou todas as escolas de ensino infantil do município de João Pessoa – PB, que corresponde a 127 instituições. Dentro desse universo foi realizado o cálculo amostral para amostra finita considerando 95% de nível de confiança, margem de erro absoluta de 20% e frequência estimada do evento “apresenta prioridades para a saúde” de 50%. A partir disso foi definida uma amostra composta por 22 escolas, que foram selecionadas do universo de forma randomizada, portanto por critério aleatório.

Como os projetos político-pedagógicos das escolas públicas se constituem em documentos de domínio público, não houve necessidade de submissão deste projeto ao



## Artigo

comitê de ética em pesquisa. Entretanto, foi assegurado o sigilo de informações que poderiam identificar os estabelecimentos educacionais avaliados.

Considerando as áreas de atuação do Programa Saúde na Escola (PSE), foram utilizados os seguintes itens na análise: Articulação com o serviço de saúde local; Avaliação de condições de saúde (avaliação clínica e psicossocial; atualização do calendário vacinal; detecção precoce da hipertensão arterial sistêmica; avaliação oftalmológica; e avaliação auditiva); Prioridades para saúde bucal; Prioridades para a saúde nutricional (ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável); Prioridades para promoção de práticas corporais e atividade física nas escolas; Educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS;

- Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; Promoção de uma cultura de paz/não violência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

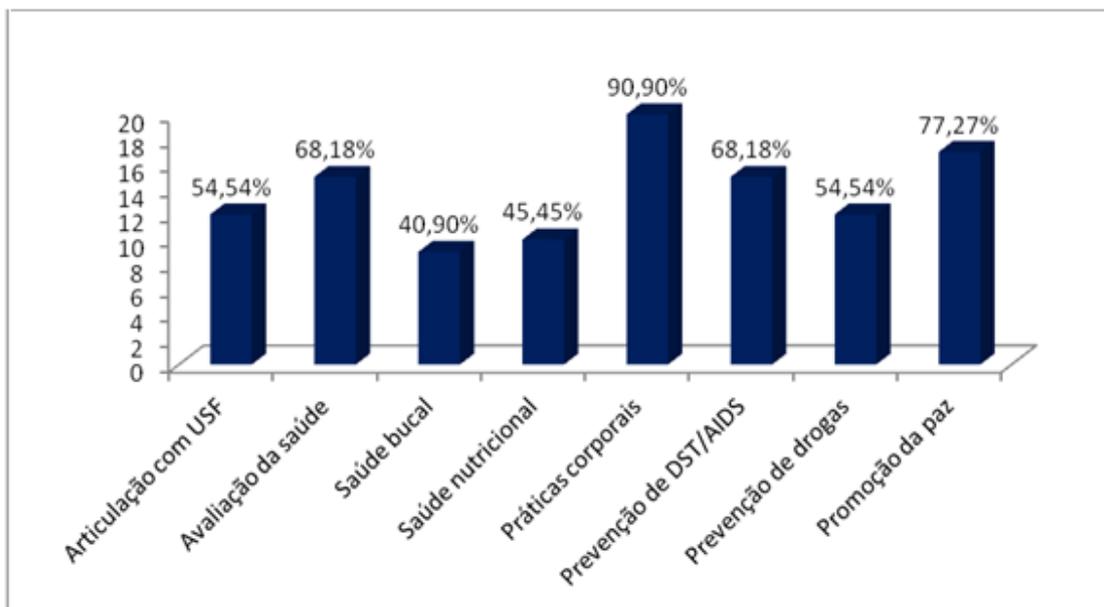
A escola como um espaço de relações tem sido considerada ideal para o desenvolvimento do pensamento crítico e político, na medida em que contribui na construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde. Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola – PSE, instituído pelo presidente da República, por meio do Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, vem com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes e proporcionar à



## Artigo

comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. As ações do PSE, em todas as dimensões, devem estar inseridas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, levando-se em consideração o respeito à competência político executiva dos Estados e municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País e à autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas (BRASIL, 2007; BRASIL, 2011).

O Gráfico 1abaixo apresenta os dados quantitativos da análise da amostra, representada por 22 escolas municipais de educação infantil do município de João Pessoa.



**Gráfico 1: Análise quantitativa relativa à presença ou ausência de citação dos assuntos avaliados no texto dos projetos político-pedagógicos**



## Artigo

Um dos objetivos pautados pelo PSE é a promoção e comunicação entre escolas e UBSF, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes (BRASIL, 2009). Neste aspecto, das 22 escolas, apenas 12 relataram realizar essa articulação, representando 54,54% do total. Dessas 12, apenas 7 (31,81%) escolas descrevem, porém sem detalhes, como ocorreria essa articulação, sendo verificados relatos de atendimentos realizados por médicos e dentistas na própria unidade, programas de saúde escolares oferecidos pela secretaria de saúde do município e ações realizadas na escola:

Proporcionamos momentos de integração com a USF (Unidade de Saúde da Família) onde através desta parceria são desenvolvidas atividades como vacinação nas crianças, aplicação de flúor, distribuição de kits de primeiros socorros e palestras de orientação sobre o bem estar da família (ESCOLA 01).

Outras instituições foram citadas como parceiras, entre elas o núcleo de DST/AIDS, Corpo de Bombeiros, Centro de referência de assistência social- CRAS e Universidades da rede pública e privada.

A intersetorialidade é uma questão importante para o crescimento das ações de saúde nas escolas, esse contexto permite uma rica troca de saberes entre os profissionais da saúde e da educação que aprimoram as suas capacidades de desenvolver ações eficazes nas duas vertentes. Os profissionais das UBSF podem e devem atuar ativamente nos processos de educação permanente e continuada em saúde de professores, funcionários, pais e estudantes. Ainda, devem garantir e potencializar o acesso e a parceria com as escolas, coordenando ações contínuas e longitudinais e promovendo a integralidade das ações e serviços em relação às demandas escolares (SILVEIRA; PEREIRA, 2004). De



## Artigo

modo semelhante, as equipes de Saúde da Família podem contar com o apoio dos profissionais da educação, buscando se instrumentalizar sobre o uso de ferramentas pedagógicas e educacionais que podem ser incorporadas à sua abordagem de educação e comunicação com a comunidade (BRASIL, 2009).

Assim, as escolas avaliadas colocam o município aquém do esperado na perspectiva do PSE, visto que a articulação pode ser considerada uma questão primordial para o desenvolvimento das ações integralizadas, pois a partir delas os profissionais envolvidos caminharão para um melhor preparo na realização de todas as outras medidas de saúde cabíveis ao ambiente escolar.

Na linha de ação sobre avaliação das condições de saúde, das 22 escolas, 15 (60,18%) relataram desenvolver programas preventivos e educativos, através de campanhas, peças, debates e palestras educativas, abordando temas relacionados à saúde e buscando informar e estimular os estudantes a incorporarem hábitos saudáveis para refletir em uma melhor qualidade de vida, como apresentado no programa desenvolvido na escola 12 :

**Programa Saúde do Escolar:** Desenvolver ações que promovam a saúde do escolar, favorecendo o desenvolvimento integral do aluno.

**Metodologia:** Atividade planejada em parceria com a Equipe Escolar e Equipe do PSF (Programa Saúde Família) como: Palestras, teatro, terapia de grupo, vídeos, panfletos. Visando à prevenção dos problemas de saúde escolar, tais como: Bucal, oftalmológicos, drogas, higiene pessoal, puberdade, gravidez, entre outras.

O desenvolvimento psicossocial dos alunos foi trabalhado em seis escolas (27,27%), que relataram nos projetos fornecer assessoria sociopsicopedagógica, programas



## Artigo

voltados para a melhora da auto-estima, reunião de pais e projetos escolares abordando o bullying, assunto em evidência nos dias atuais.

Por outro lado, poucas escolas comentaram promover avaliações específicas. Apenas uma referiu dispor de atendimento especializado, citando a fonoaudiologia e psicoterapia, e duas relatam fazer orientação e atualização do cartão de vacina. Este fato evidencia que as escolas do município de João Pessoa- PB têm deixado a desejar nesse aspecto, de acordo com as propostas idealizadas pelo PSE. Este, aponta no seu Artigo 4 que crianças, adolescentes e jovens escolares devem ter acesso a atividades de promoção, prevenção e assistência em saúde, podendo compreender, entre outras: avaliação clínica, nutricional, oftalmológica, avaliação da saúde e higiene bucal, avaliação auditiva, psicossocial e atualização e controle do calendário vacinal (BRASIL, 2009). A periodicidade das avaliações nas diferentes especialidades permite identificar e atuar sobre fatores de risco, de forma preventiva, contribuindo para redução da morbidade e mortalidade. Além disso, quando pautadas na integralidade do cuidado e na educação em saúde, tais medidas promovem a adoção de hábitos e atitudes de vida mais saudáveis, por parte, principalmente, do estudante cidadão que está em formação (INSTITUTE FOR CLINICAL SYSTEMS IMPROVEMENT, 2007).

O PSE preconiza que crianças, adolescentes e jovens escolares tenham acesso, pelo menos uma vez por ano, preferencialmente nos inícios dos períodos letivos, à avaliação clínica e psicossocial com o objetivo de fomentar o desenvolvimento físico e mental saudáveis, em cada fase da vida do escolar, oferecendo cuidado integral, de acordo com as necessidades de saúde detectadas (BRASIL, 2009). Na prática, essas avaliações permitem observar o crescimento e desenvolvimento dos estudantes (inclusive no que diz



## Artigo

respeito àqueles com deficiência e aos aspectos de saúde mental) e cuidar da manutenção de um estado de saúde geral adequado (BRASIL, 2009). No único PPP que consta avaliação especializada, não é esclarecido se esta é disponibilizada a todos os estudantes como uma avaliação realizada anualmente ou se ocorre apenas em caso da necessidade ser observada.

A incorporação de temas relevantes aos cuidados com a higiene bucal como parte dos projetos pedagógicos também é um das questões previstas pelo PSE, sendo recomendada a realização, durante o ano letivo, de atividades pedagógicas previstas no plano de trabalho da escola, sobre temas referentes à saúde, envolvendo a comunidade escolar (pais, famílias, professores). Além disso, o PSE orienta sobre a elaboração e produção de material didático-pedagógico abordando temas de saúde; contemplando os seguintes temas da odontologia: a boca e os dentes; medidas preventivas, placa bacteriana, cárie e doença periodontal; hábitos saudáveis. (BRASIL, 2009)

Os Projetos Políticos Pedagógicos avaliados demonstraram que poucas escolas adotam medidas voltadas para saúde bucal, correspondente a apenas 9 das 22 escolas, representando 40,90%. Nos PPP's que estas medidas foram encontradas, não são referidas a incorporação de temas específicos que possam informar, esclarecer e orientar os escolares sobre como ocorre o desenvolvimento de doenças na cavidade oral e como podem ser evitados, afim de que, a partir da assimilação dessas informações, hábitos saudáveis possam ser incluídos ao modo de vida das pessoas desde cedo. Entre as medidas encontradas nos PPP's as ações de promoção e prevenção em saúde bucal estavam presentes em cinco (22,72%) escolas, dentre elas: a aplicação de flúor, escovação supervisionada, palestras e distribuição de kits. Avaliação clínica foi citada apenas por



## Artigo

quatro (18,18%) escolas, duas delas não descrevem onde a avaliação é realizada, uma afirma possuir gabinete odontológico para atendimento nos três turnos e outra alega levar ao posto de saúde para atendimento, como citado no trecho:

Existe também a confiabilidade dos pais no processo de aprendizagem por parte dos alunos, que considera a equipe escolar completa e comprometida com a educação de seus filhos, proporcionando atendimento extra-escolar, levando-os ao posto de saúde da comunidade, para atendimento odontológico e médico, como também fazendo uso dos programas de saúde escolar oferecidos pela secretaria de saúde do Município (Escola 03).

Os professores e alunos do magistério podem colaborar com a educação em saúde, pelo fato de seu constante convívio com escolares favorecer o desenvolvimento de orientação quanto aos cuidados com a saúde bucal, agindo, assim, como parceiros dos programas preventivo-educativos (FERREIRA et al., 2005). O pouco conhecimento dos profissionais da educação sobre a prevenção em odontologia, percepção e conhecimento sobre a cárie dentária e hábitos saudáveis na infância, pode ser apontada como resposta à baixa inclusão da temática no cotidiano das escolas. Ferreira et al. (2005) e Abegg (1999) destacam a graduação como veículo de informação, demonstrando a necessidade de serem trabalhados, nos currículos acadêmicos, conteúdos voltados para saúde bucal, de forma a capacitar e preparar futuros professores para desenvolverem práticas adequadas de educação voltadas para este tema, nos mais diversos níveis de escolaridade.

Nos pontos de avaliação das condições de saúde e prioridades para saúde bucal, de maneira geral, as escolas não descrevem como, por quem e a frequência em que as ações são realizadas, o que pode sugerir que os PPP's não estão cumprindo completamente a proposta para que vieram de expor a visão macro do que a instituição



## Artigo

escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas (BETINE, 2005).

Quando analisada a previsão de atividades relacionadas à nutrição, apenas dez (45,45%) das 22 escolas que compõe a amostra apresentaram alguma proposta em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que priorizasse essa atenção. Este número não é considerado satisfatório, já que se trata a escola de um ambiente de fundamental importância na formação do indivíduo como ser social, e que o mau hábito alimentar adquirido na infância pode gerar inúmeros danos à saúde. Segundo Gaglianone et al. (2006), uma dieta balanceada desde a infância promove o crescimento ideal, desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, previne deficiências nutricionais e doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e câncer. Os autores citam ainda que, fornecer estas habilidades a crianças nas escolas, em fato, estimula e aumenta o conhecimento sobre a alimentação saudável.

As instituições que apresentaram prioridades nutricionais citam oferecer uma alimentação diária balanceada e utilizar os mais diversos artifícios para repassar aos alunos a importância de hábitos alimentares saudáveis:

**Projeto:** Alimentação saudável e qualidade de vida; **Objetivos:** incentivar a mudança de comportamento e hábitos alimentares para a formação de cidadãos conscientes da importância de uma vida saudável; **Ações:** Aula expositiva dialogada; palestras; vídeos; músicas; estudos de pesquisa; produções textuais; lanches coletivos; **Duração:** 26 a 30 de março (Escola 21).



## Artigo

Não foi mencionado por nenhuma das escolas se existe algum tipo de avaliação e acompanhamento dos estudantes por parte de um profissional nutricionista. Este pode exercer sua função de promover a saúde na escola por meio de atividades assistenciais (não assistencialistas) e educativas, relacionadas com o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar. As avaliações fornecem um reflexo direto das condições de saúde para que gestores locais e as equipes de Saúde da Família tenham subsídios para programarem estratégias visando à melhoria das condições de saúde relacionadas com a alimentação e nutrição (BRASIL, 2009; SOBRAL E COSTA, 2008).

Das medidas de saúde pontuadas na análise, a promoção de práticas corporais e atividades físicas, estão presentes na maioria das escolas. Vinte ( $n = 20$ ) instituições, que representam 90% das escolas analisadas, apresentaram alguma atividade que promove a percepção de capacidades e limites corporais, e o aperfeiçoamento motor, estimulando também a socialização de seus alunos, com atividades individuais e em grupos. Isso é obtido através do incentivo às práticas esportivas das mais diversas, entre elas, atletismo, futsal, futebol, e também atividades como, dança, lutas, teatro, jogos e brincadeiras, sem desvinculá-las do conhecimento teórico que as cercam.

O fato de a Educação Física ser disciplina do componente curricular do sistema educacional brasileiro facilita para que a maioria das escolas apresente algum tipo de atividade física como prática freqüente em seu cotidiano. Porém, essas práticas ultrapassam a visão tradicional da disciplina antes apresentada pelas escolas, e hoje são listadas na maioria dos PPP's como medidas de promoção e prevenção à saúde. Estas atividades aproximam-se do proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde consta que o documento de Educação Física traz uma proposta que procura democratizar,



## Artigo

humanizar e diversificar as práticas pedagógicas na área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos (BRASIL 1997). Como cita o seguinte PPP:

Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal percebendo-as como recursos valiosos para a integração entre pessoas e grupos sociais, compreendendo a importância da prática habitual da atividade física para a promoção e prevenção de sua saúde; (Escola 07).

Não foi citado por nenhuma escola se existe alguma avaliação prévia a essas atividades, que garanta a segurança das crianças e adolescentes durante as práticas desportivas.

Baseada nas problemáticas sociais atuais, a escola vem cada vez mais assumindo o compromisso de ensinar valores que transcendem o conteúdo dos livros, aproximando-se assim da realidade vivenciada pelos seus educandos. As questões relacionadas à sexualidade e a prevenção de DST/AIDS, fazem parte das vulnerabilidades, no campo da saúde, que podem comprometer o pleno desenvolvimento escolar. A escola deve formar sujeitos auto-disciplinados que vivam a iniciação de sua vida sexual afastando-se da gravidez, dos perigos trazidos pela AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis (ALTMANN, 2002). Por isso, medidas de promoção, prevenção e esclarecimento quanto a esses temas são propostos pelo PSE (BRASIL, 2009).

O que se mostra nos projetos políticos pedagógicos das escolas analisadas é que cada vez mais essa temática tem saído do eixo puramente teórico, como por exemplo, a abordagem que de costume acontecia apenas na disciplina de Ciências, com uma visão



## Artigo

puramente biológica. Hoje, este tema tem sido relacionado com questões sócio-culturais da nossa atualidade, como o comportamento homofóbico, que começa a existir ainda na infância por parte de algumas crianças, as diferenças culturais acerca de cada gênero, os fatores psicológicos que envolvem a gravidez na adolescência, entre outros, como cita a Escola 04 nos objetivos específicos do seu PPP: “Oferecer aos educadores conhecimentos sobre os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e afetivos da sexualidade”. Esse tema foi abordado por 15 projetos analisados, correspondendo a 68,18% da totalidade da amostra. As escolas citam utilizar as mais diversas metodologias para envolver os seus alunos, propondo rodas de conversas, palestras, dias e semanas temáticas, aulas expositivas, e pesquisas relacionadas ao assunto sexualidade e DST's.

O Projeto Saúde na Escola prevê ainda medidas de prevenção ao uso do álcool e drogas, e promoção à cultura de paz, buscando com isso, a diminuição de agravos à saúde. A abordagem desses temas transversais vem se tornado comum nas escolas da rede pública, que julgam o comportamento violento de alguns de seus alunos, muitas vezes associado ao uso de drogas, como a principal dificuldade enfrentada pelos educadores:

A problemática mais gritante na nossa escola é a violência. O que impulsionou a equipe a implementar algumas ações, tais como: a escola atende as crianças no período oposto ao horário regular com atividades que contribuem para a socialização e redução da violência; implementa ação educativa/preventiva através de círculo de pais e mães objetivando debater a educação em casa; possui parceria com os órgãos de Defesa de Direitos das Crianças e dos Adolescentes e recorre aos Órgãos de Defesa em situações envolvendo drogas; busca parceria com o Conselho Tutelar e a Curadoria da Infância e da Juventude (Escola 07).

Da amostra composta por 22 escolas, 12 listaram em seus PPP's ações de prevenção ao uso de drogas, e 17 delas apresentaram alguma medida de promoção a uma



## Artigo

cultura de paz/não violência, o que corresponde a 54,54% e 77,27% das escolas, respectivamente.

O que não se sabe é o quanto as escolas relacionam e entendem esses temas transversais – sexualidade, drogas, violência – como problemas de saúde pública passivos de redução. Nos resultados de Soares et al. (2003) constataram que do ponto de vista de educadores e estudantes de um município paulista, os principais problemas de saúde que afetam os adolescentes, além de algumas doenças corriqueiras (gripe, problemas de pele, dentários, câncer) são: o uso de drogas, a violência, os problemas comportamentais e a gravidez na adolescência. Estes dados reafirmam a importância da abordagem destes temas na escola. Porém, o que se vê na maioria dos projetos analisados, é que os temas “drogas” e “violência” são trabalhados de forma desvinculada à saúde, sendo os mesmos propostos por algumas escolas apenas como forma de conveniência, na tentativa de suprir uma problemática que atrapalha o bom andamento das atividades escolares.

Uma questão importante e de relação direta com todos os outros pontos abordados nos PPP's, é a avaliação e o planejamento das ações. A partir da avaliação das práticas realizadas, é possível tecer críticas e haver um levantamento de sugestões para a adequação de ações verificadas como insatisfatórias. A partir daí, o planejamento pode ser iniciado para sistematizar as ações de saúde escolar baseadas nas necessidades verificadas no território (PORTUGAL, 2006).

Os projetos de promoção da saúde exigem planejamento de curto, médio e longo prazo e devem ser sucintos, exequíveis, incluir participação ativa de todos os atores em todas as etapas do seu desenvolvimento (desde o levantamento das principais necessidades e identificação das prioridades, até a elaboração e execução de estratégias),



**Artigo**

ser avaliados ao final de cada ano letivo e incluir sempre a gestão da sua qualidade. No nível local e das comunidades, os projetos deverão levar em conta as prioridades nacionais para as áreas de promoção da saúde. Para isso, devem estar orientados para apoiar os currículos escolares e trabalhar acontecimentos de saúde relevantes, levando em consideração a realidade epidemiológica e devendo as ações serem dirigidas para as práticas da escola e dos alunos e para as suas necessidades (PORTUGAL, 2006).

Nos PPP analisados, esse tópico foi abordado apenas por 6 escolas, entre as quais, apenas 2 comentam realizar encontros voltados para avaliar e planejar a elaboração do PPP. Outras formas de planejamento citadas foram os anuais, mensais, bimestrais, por disciplina e planejamentos pedagógicos. Esses dados permitem concluir que as escolas precisam dar mais importância a essa fase do trabalho na educação e saúde, pois só assim, com objetivos pré-estabelecidos e pautados nas reais necessidades da população escolar, as ações alcançarão o impacto desejado.

O estudo revelou também que nenhuma das vinte duas escolas constituintes da amostra, citou planejar atividades para todos os temas, sendo este, um indicativo da necessidade de que essas escolas precisam passar por um processo de reestruturação dos seus PPP's a fim de adequarem-se aos requisitos do PSE.

## CONCLUSÃO

Há uma carência em relação ao planejamento das escolas e unidades de saúde locais para o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde, revelando a dificuldade



**Artigo**

da prática da atenção integral ao indivíduo no ambiente escolar. Ambiente esse, onde as medidas de educação e saúde ainda são propostas como práticas pontuais, não apresentando propostas de promoção e prevenção de forma contínua e atreladas a mecanismos de planejamento e avaliação.

Os resultados do estudo sugerem a necessidade de maior atenção, por parte do município e dos profissionais da saúde e educação, a esse importante processo de inclusão da saúde como uma prática cotidiana nas escolas. Com o reconhecimento cada vez maior da prevenção e promoção de saúde como medidas eficazes diante da ultrapassada visão curativista, as escolas se apresentam como um ambiente essencial para divulgar e vivenciar hábitos saudáveis, o que exige maior comprometimento de todos os atores envolvidos nesse processo.

**REFERÊNCIAS**

ABEGG, C.. Notas sobre a educação em saúde bucal nos consultórios odontológicos, unidades de saúde e nas escolas. **Ação Coletiva**, Brasília, v.2, n.2, p.25-8, abr./jun.1999.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BETINI, G. A. A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola. **EDUC@ção - Rev. Ped. – UNIPINHAL**, Esp. Sto. do Pinhal – SP, v.01, n. 03, p. 37-44, 2005.



**Artigo**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física/Secretaria de Educação Fundamental**, Brasília: MEC/SEF, 1997. 68p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde na escola**, Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 93p.

BRASIL, Ministério da Saúde, Ministério da Educação. **Passo a Passo PSE**, Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 46p.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. **Diretrizes para implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.**, Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 24p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**, Brasília: Ministério da Saúde, 1997. 37p.

BRASIL, Ministério da Educação; Ministério da Saúde. Portaria Normativa Interministerial MEC/MS nº 15, de 24 de abril de 2007. Institui o Projeto Olhar Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2007. 25p.

FERREIRA, J. M. S. et al. Conhecimentos de alunos concluintes de Pedagogia sobre saúde bucal. **Interface**, Botucatu, v. 9, n.17, p. 381-88, 2005.

GAGLIANONE, C. P. et al. Nutrition education in public elementary schools of São Paulo, Brazil: the Reducing Risks of Illness and Death in Adulthood project. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol.19, n.3, p. 309-320, 2006.

**INSTITUTE FOR CLINICAL SYSTEMS IMPROVEMENT**. Health care guidelines: Preventive services for children and adolescents, 2011. Disponível em: <[http://www.icsi.org/preventive\\_services\\_for\\_children\\_guideline\\_/preventive\\_services\\_for\\_children\\_and\\_adolescents\\_2531.html](http://www.icsi.org/preventive_services_for_children_guideline_/preventive_services_for_children_and_adolescents_2531.html)>. Acesso em: 15 ago. 2015.



# Temas em Saúde

Volume 16, Número 2

ISSN 2447-2131

João Pessoa, 2016

## Artigo

PORTUGAL, Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Saúde Escolar**. Despacho nº 12.045 de 7 de junho de 2006. Diário da República, [S.l.], n. 110, 7 jun, 2006. 28p.

SILVEIRA, G. T.; PEREIRA, I. M. T. B. Escolas Promotoras de Saúde ou Escolas Promotoras de Aprendizagem/Educação? In: LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Promoção de Saúde ou a negação da negação**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004. p. 119-33.

SOARES, C. B.; SALVETTI, M. G. & ÁVILA, L. K. Opinião de escolares e educadores sobre saúde: o ponto de vista da escola pública de uma região periférica do Município de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.1153-1161, jul-ago, 2003.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. H. M. Programa nacional de alimentação escolar: sistematização e importância. **Ver. Alim. Nutr.**, Araraquara v.19, n.1, p. 73-81, jan./mar 2008.

VASCONCELOS, R. et al. Escola: um espaço importante de informação em saúde bucal para a população infantil. **PGR: Pós-Graduação Revista da Faculdade de Odontologia**, São José dos Campos, v.4, n.3, p.43-8, 2001.



Institucionalização de práticas de educação e saúde em escolas públicas de João Pessoa,  
Paraíba

Páginas 301 a 320

320